

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A entrega dos CTT aos privados foi um ataque aos serviços públicos e precarizou irremediavelmente a vida dos portugueses. O objectivo dos privados é produzir lucro a qualquer preço, não se preocupando minimamente com as populações. Depois da entrega dos CTT aos privados as populações têm sofrido fortemente com esta opção.

A entrega dos CTT aos privados, realizada pelo governo de Passos Coelho e Paulo Portas, fragilizou inevitavelmente os serviços públicos e aumentou assim as assimetrias sociais, económicas e territoriais no país. O regresso dos CTT à esfera pública é determinante para o combate às assimetrias.

Só com serviços públicos fortes e presentes em todo o território é que a democracia é verdadeiramente vivenciada por todos os cidadãos.

O Bloco de esquerda já apresentou na assembleia da república a proposta para a nacionalização dos CTT, mas, infelizmente, a coligação negativa composta pelo PS, PSD e CDS votou contra o regresso desta empresa à esfera pública, penalizando assim as populações e a democracia.

Depois da entrega dos CTT aos privados o encerramento de balcões passou infelizmente a ser o prato do dia, com consequências gravosas na vida das populações.

Muitas vezes para iludir as populações, os CTT entregavam a um privado (como neste caso) qualquer a concessão do balcão nas freguesias. Mas com o passar do tempo, até esse privado começou a sentir que estava a ser engando e explorado pela empresa CTT e acabam por desistir.

Agora o encerramento bateu à porta da população da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, que a partir do dia 15 de julho fica sem balcão dos CTT.

No entanto, a Junta de Freguesias já anunciou publicamente na sua rede social que a informação que obteve junto dos CTT é que estes vão trocar de parceiro no negócio do balcão. Tudo isto é demonstrativo da precariedade do serviço prestado pelos CTT.

Relembramos que o concelho de Santa Maria da Feira não tem rede de transportes públicos. Na prática, as pessoas com menos rendimentos e com mobilidade condicionada estão muito desprotegidas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento da situação?
2. Sabe o governo se o balcão em causa vai mudar para as instalações de outro privado?
3. Que medidas vai encetar a tutela de forma a garantir que estes milhares de pessoas não ficam sem este serviço que deveria ser público, mas que os CTT se recusam a prestar?
4. Tem o Governo intenções de, no imediato, garantir o regresso dos CTT à esfera pública?

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2020

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

NELSON PERALTA(BE)

ISABEL PIRES(BE)